

# O Brasil espera conseguir US\$ 4,2 bilhões ainda este ano

O Brasil espera obter US\$ 4,2 bilhões de recursos líquidos adicionais com a conclusão dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos estrangeiros para eliminar os compromissos em atraso e ainda fechar o ano com reservas cambiais de liquidez imediata em torno de US\$ 1,5 bilhão.

Essa projeção otimista foi apresentada pelo Banco Central aos economistas do subcomitê de economia do comitê de assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira, Douglas Smee, do Banco de Montreal, Bryce Ferguson, do Citibank, e Robin Chapman, do Lloyds Bank.

Os economistas dos credores externos não aceitaram a estimativa do Brasil de que precisará, este ano, de mais US\$ 4 bilhões e, em 1984, de US\$ 6 bilhões de recursos novos para fechar o balanço de pagamentos. Por isso, adiaram de ontem para a próxima terça-feira o regresso aos Estados Unidos e, na véspera da partida, deverão manter contato com o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

As conversações de ontem conduziram aos entendimentos para que o ingresso de recursos novos, este ano, fique mesmo em US\$ 3,6 bilhões e, em 1984, o País deve ajustar as suas contas externas com a tomada de apenas US\$ 5,4 bilhões junto aos bancos internacionais, com o corte de 10% nas projeções originais.

A estimativa de ingresso de US\$ 4,2 bilhões de recursos novos, neste restante de ano, prevê o desembolso do jumbo de US\$ 3,6 bilhões, os ganhos crescentes na balança comercial, venda de ouro e de cambiais de exportação e ainda a liberação de parcelas de financiamentos pelos organismos internacionais.

A entrada dos US\$ 820 bilhões da segunda e terceira parcelas do financiamento ampliado do FMI e da segunda tranche do jumbo, correspondente a US\$ 635 bilhões, contratados em fevereiro último, serão quase suficientes apenas para o pagamento dos empréstimos-pontes devidos ao Banco de Compensações Internacionais (BIS) e aos próprios bancos do Exterior. As reservas líquidas também poderão crescer acima de US\$ 1,5 bilhão, caso o ministro do Planejamento, Delfim Neto, consiga a prorrogação dos US\$ 500 milhões da amortização exigível este ano pelos governos dos países-membros do Clube de Paris.

## Clube de Paris

Juares Soares e Sérgio de Freitas, diretor executivo do Banco Itaú, consideram que a ida do Brasil ao Clube de Paris é um fato normal, não tendo relação com as conversações com o Fundo Monetário Internacional ou com os bancos internacionais. "As três frentes podem andar juntas, mas o acordo com o FMI é prioritário" — adverte o diretor do Real.

O acordo que o Brasil pretende realizar no Clube de Paris — uma organização informal constituída pelas principais autoridades financeiras dos países credores — envolve montantes da ordem de US\$ 500 milhões vencíveis em 1983 e US\$ 1 bilhão vencível em 1984. "Não é muito, mas é devido, e é preciso empurrar para a frente" — diz Soares. "Em termos de caixa, é importante" — argumenta Freitas.

O Clube de Paris é um organismo sem secretaria-geral e sem nenhum quadro burocrático, que se reúne para analisar condições de repagamento por outros países de dívidas com governos. As reuniões têm algumas regras básicas: 1) o assunto tem de ser resolvido no máximo em um ou dois dias; 2) não há duas negociações de uma mesma dívida com o devedor; 3) o objetivo é um suporte rápido, na premissa da confiança quanto ao devedor, que é obrigado a dizer a verdade e cumprir o que promete.

Sérgio de Freitas acredita que antes de outubro não ocorrerá a ampla renegociação da dívida brasileira com os bancos, considerando normal que os atrasos sejam iguais ou mesmo superiores aos US\$ 2,7 bilhões previstos para os próximos dois meses. O diretor do Itaú não acredita na hipótese de que até setembro a situação possa estar acertada e recorda que "o Fundo errou em dezembro e novamente em junho, na missão chefiada por Eduardo Wiesner". Daí o fato de considerar normal o atraso nas negociações, para as quais, além disso, será importante a aprovação da nova política salarial pelo Congresso.